PATRIMÔNIO E MUSEU: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA CIDADE[1]

Zita Rosane Possamai

MEMÓRIA E HISTÓRIA

A memória é um tema em voga na atualidade, nos mais diversos domínios. Vê-se uma mobilização de todos, sejam grupos ou indivíduos, para tudo guardar, tudo preservar. Os "resgates de memória" se vulgarizam, museus se proliferam no mundo todo, a moda retrô ganha destaque nas passarelas, as pesquisas genealógicas se reproduzem, assim como os memoriais.

No âmbito acadêmico, a memória constitui-se num campo de estudo perpassado por várias ciências. Atividade diretamente relacionada à psique humana, ela é objeto de pesquisa da biologia e da neurofisiologia, no que concerne ao funcionamento cerebral[2] e a fenômenos como a amnésia e a afasia; da psicologia, que se interessa em ver o que é lembrado ou esquecido pelo indivíduo; da pedagogia, que tem nas atividades de memorização um dos aspectos da aprendizagem (Lovisolo, 1989, p.16-28).

No domínio das ciências humanas, o estudo da memória está vinculado à formação das identidades, à forma de relação entre o passado e o presente, aos fenômenos ligados à "perda da memória" e ao esforço por sua preservação. Assim, tanto a filosofia e a sociologia, como a antropologia e a história fazem esforços para buscar o entendimento dessa área nebulosa da experiência humana e que somente a interdisciplinaridade poderia abranger.

Mas por que se fala tanto em memória? Pierre Nora relaciona o início dos estudos sobre a memória no final do século passado – seja na filosofia, com Bergson; na psicanálise, com Freud; e na literatura, com Proust – com o "desabamento do mundo rural" (Nora, 1993, p.17) e o

---

Zita Rosane Possamai é mestra em História/UFRGS; coordenadora da Memória Cultural de Porto Alegre; diretora-secretária do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; membro do Conselho Consultivo da ANPUHRS.

auge do crescimento industrial. É o próprio Nora que fala desse sentimento de ruptura com o passado, de uma "memória esfacelada", a partir do conceito de "aceleração da história":

> *Para além da metáfora é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. [...] Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (p.7)*

O desdobramento dessa sensação de incerteza é a busca frenética pelos vestígios do passado, num esforço concentrado por tudo preservar. Duvignaud afirma que "esta preocupação que dirige a atenção para a memória e duração, responde, com efeito, a uma ruptura na continuidade das sociedades européias" (Halbwachs, 1990, p.12). Outro momento de ruptura, desta vez a Segunda Guerra Mundial, também levou Walter Benjamin (1993) a escrever suas memórias de criança. O filósofo também relaciona o início do período moderno com as transformações das formas de rememoração, que podem ser vistas no surgimento do romance moderno (Benjamin, 1986, p.201).

Os estudos sobre a memória, hoje, seriam um indicativo de estarmos também vivendo, no final do século XX, um momento de ruptura? Ou será que o fim das "ideologias-memória" (Nora, 1993, p.8), jogando-nos na imprevisibilidade do futuro, nos arremessa para o passado, como forma de buscar as bases para um presente cada vez mais envolvido no turbilhão da modernidade? Segundo hipótese de Marcia D'Alessio (1995, p.1), "os estudos de memória respondem a uma necessidade de busca de identidades ameaçadas". A idéia de salvação parece guiar os grupos num movimento de tudo guardar, tudo registrar, em uma luta pelo "direito à memória" (Decca, 1992, p.132), que envolve não apenas os historiadores de ofício, mas a sociedade como um todo. Mais ainda aqueles grupos que estiveram ausentes da memória dita oficial, como negros, mulheres, homossexuais e outras minorias.

Como o fizeram outras disciplinas no final do século XIX, hoje a história volta-se para a memória. Não que a tivesse ignorado até os nossos dias, mas porque, por muito tempo, se imaginou idêntica a ela. A disciplina histórica se vê envolvida especialmente nos estudos da memória, por obrigar-se a definir seu campo epistemológico em relação a essa. Neste sentido, Pierre Nora (1993, p.9) considera fundamental estabelecer uma diferenciação entre ambas:

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais [...], porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico.

Esta diferenciação é necessária, para o autor, porque a história esteve confundida com uma determinada memória histórica ligada à construção da identidade nacional, a partir do século XIX. Memória histórica, quase sempre concebida como única e homogênea, não dando vez nem voz às diferenças sociais, étnicas ou de gênero.

Com a publicação de *Les lieux de mémoire*, Pierre Nora e outros historiadores franceses, às vésperas do bicentenário da Revolução de 1789, tentaram identificar "os lugares onde se alojavam os elementos mais significativos da memória republicana" (Decca, 1992, p.129): a bandeira, o calendário revolucionário, o hino, os monumentos, as comemorações, os funerais, a pedagogia, as exposições. Segundo Edgar De Decca (p.129), antes de ser um sintoma do nacionalismo francês, esta obra tem origem no mal-estar contemporâneo decorrente do sentimento de descontinuidade com o passado. Para restabelecer a continuidade do presente com este passado "definitivamente morto", são construídos os *lugares de memória* (Nora, 1993, p.22), marcos referenciais que têm como função guardar a maior significação possível, congelando o tempo. Os *lugares de memória* podem ser de ordem material, simbólica ou funcional (p.21). Madeleine Rébérioux (1992, p.49-53), pesquisando os lugares da memória operária, enfocou na primeira acepção os lugares de trabalho, a fábrica, a usina e as práticas ligadas ao ofício; nos lugares de sociabilidade, os cafés e as associações formadas em torno destes; nos lugares simbólicos, o espaço do trajeto dos cortejos operários e as comemorações.

Para Nora, a idéia expressa no conceito de *lugares de memória* está relacionada a um movimento da historiografia no sentido de sair da era da identidade, quando memória e história confundiam-se, e entrar na era epistemológica, na qual a memória é objeto da história. Apesar de este processo de construção da memória ser seu foco, o autor diferencia essa memória "voluntária e deliberada", que é, na verdade, a passagem da memória à história, daquela "memória verdadeira [...] abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo [...]" (Nora, 1993, p.14).

O autor dá algumas pistas sobre a passagem de uma memória espontânea a uma memória deliberada, que, para ele, já é história. Primeiramente, a outorga ao arquivo da função de guardar e registrar tudo o que não poderemos futuramente lembrar (p.17). As lembranças de família, a memória oral, as genealogias, os arquivos particulares disseminam-se por todos os cantos do globo. Em segundo lugar, ocorre um deslocamento da memória vivida coletivamente para a memória individualizada (p.18), processo semelhante ao apontado por Benjamin. Para Nora, a identidade e o pertencimento podem ser encontrados no interior do indivíduo, num quase retorno do papel dos "homens-memória", aos quais é imposto o dever de lembrar. Um último aspecto é a distância assumida pelo passado em relação ao presente. De uma vez por todas, foi quebrada a continuidade que nos ligava a um passado que até então não era considerado como tal. Nora (p.19) diz que o fim de um princípio explicativo único, jogando o futuro, anteriormente moldado pelo presente, na imprevisibilidade, levou-nos à fragmentação do passado em uma miríade de memórias. Assim, se tomarmos a definição de *lugares de memória* de Nora, é válido dizer que nos arquivos, museus, monumentos, memoriais e prédios históricos encontra-se não a memória de um grupo, cidade ou nação, mas como uma determinada memória foi construída pelos atores sociais daquele grupo, cidade ou nação e adquiriu legitimação ao longo dos anos. Hoje, se para a memória os lugares têm um aspecto celebrativo, a história busca muito mais compreender o processo de construção dessas memórias.

Nessa direção, ganha relevância o aspecto da gestão da memória. Em regimes autoritários, principalmente, a omissão de fatos e a censura sobre informações do passado foram formas utilizadas pelo Estado para administrar exclusivamente a memória. Porém, como diz Michael Pollak (1989, p.4), nos momentos de crise, emergem as *memórias subterrâneas* em contraposição à memória oficial. Aqui entramos no domínio do cruzamento entre memória e poder, afinal de contas, como coloca Le Goff (1994, p.426),

> *Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.*

Baczko (1991, p.159-160) aponta a intersecção entre memória e poder como dimensão essencial das mentalidades sociais. Tratando es-

pecificamente sobre regimes autoritários, o autor aponta diversas formas utilizadas pelo Estado ao longo da história para administrar exclusivamente a memória, como, por exemplo, a censura sobre fatos do passado, criação ou omissão de acontecimentos históricos, atualização de representações do passado em função de necessidades políticas do presente.

Tomando a cidade como objeto específico, como esta se colocaria a partir da problemática da memória, a partir das considerações anteriores? É ainda Baczko (p.30-31) que aponta o espaço da cidade como lugar privilegiado para a construção e disseminação dos imaginários e o quanto estes podem estar associados à memória. Conforme o autor:

> *[...] Una de las funciones de los imaginarios sociales consiste en la organización y el dominio del tiempo colectivo sobre el plano simbólico. Intervienen activamente en la memoria colectiva para la cual, como ya hemos observado, a menudo los acontecimientos cuentam menos que las representaciones imaginarias a las que ellos mismos dan origen y encuadran. (p.30)*

Sem dúvida, a construção dos imaginários sociais pode ter como base aspectos da memória coletiva de determinado grupo, país ou cidade para tornar-se mais efetiva e eficaz. Mais do que nunca, no espaço da cidade, os imaginários necessitam de baluartes da memória coletiva para constituírem-se. Através de comemorações – que celebram a fundação da cidade e seus fundadores –, monumentos e memoriais – erigidos com o objetivo de evocar acontecimentos ou pessoas ilustres –, museus, áreas urbanas inteiras, elevadas ao estatuto de patrimônio, são algumas formas identificáveis de inscrição da memória de uma cidade no seu presente e que podem ganhar grande força no seu imaginário.

No prosseguimento deste texto serão examinadas duas possibilidades específicas de construção de *lugares de memória*, o patrimônio e o museu histórico, partindo de um estudo de caso relacionado à cidade de Porto Alegre.

PATRIMÔNIO E MUSEU: POSSIBILIDADES DE ENTENDIMENTO DA MEMÓRIA DA CIDADE

Patrimônio e *museu* são objetos pouco focalizados nos estudos historiográficos. Investigá-los, porém, pode lançar algumas indagações sobre a preservação de determinadas estruturas materiais, que acabam por

tornar-se consagradas na sociedade e sobre a veiculação de discursos subjacentes à seleção do que deve perdurar. Este texto propõe-se a apresentar um estudo de caso envolvendo a conformação, como patrimônio da sociedade porto-alegrense, de um solar do século XIX, nas décadas de 1970 e 1980, pretendendo verificar como esse movimento imbricou-se na trajetória do Museu de Porto Alegre e quais as implicações na produção de *representações* ligadas ao patrimônio que passaram a ter um espaço privilegiado para veiculação: o museu.

Porto Alegre, em meados do século XIX, tinha na sua configuração espacial uma colina mais densamente urbanizada, que estendia, pelo lado norte, suas casas residenciais e comerciais até as margens portuárias do lago Guaíba, e uma extensa área verde raramente interrompida por alguma edificação, descendo ao sul. Essa região, que, desde o século XIX, chamou-se Cidade Baixa, manteve, nesse período, o seu aspecto predominantemente rural. Uma das chácaras ali existentes recebeu o Solar do comerciante Lopo Gonçalves, construído no limite com a antiga Rua da Margem do Riacho (atual Rua João Alfredo), no período entre 1845 e 1855 (Giacomelli, 1992, p.13). Lopo utilizava-o como casa de campo (Symanski, 1998, p.103).

Lopo Gonçalves Bastos era português e exercia em Porto Alegre atividades ligadas ao comércio, tendo um armazém de molhados na Praça da Alfândega e uma loja de fazendas na Rua da Praia, em uma sociedade que mantinha com seu sogro. Lopo também se dedicara a atividades com embarcações e era dono de vários escravos, cuja mão-de-obra utilizava nos serviços domésticos, nas plantações da sua chácara, nas embarcações e nas lides comerciais. Foi, ainda, vereador e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Também foi o fundador, juntamente com os demais comerciantes da cidade, da Praça do Comércio de Porto Alegre e do Banco da Província. Era um homem de posses, proprietário de um dos maiores patrimônios inventariados entre os diversos membros da sociedade porto-alegrense e da Província do seu tempo (p.97). Fazia parte, assim, da elite social, política e econômica da Porto Alegre novecentista.

Com o passar do tempo e com a morte dos descendentes de Lopo, o Solar passou por vários proprietários, estando, na década de 1960, em estado de conservação bastante precário. É nesse momento que determinados grupos, principalmente através da imprensa escrita, iniciam os movimentos para preservar a casa. Quais seriam, então, os motivos que levaram a sociedade porto-alegrense da época a preservar aquela antiga casa, praticamente em ruínas? Para compreender a preocupação com a preservação do Solar, não se pode deixar de mencionar um contexto his-

tórico, no qual poder público, imprensa e intelectuais começam a voltar os olhos para as edificações antigas do município. A visão corrente nos jornais da época e entre os depoentes entrevistados era de que a cidade, em processo de metropolização, ia colocando abaixo os últimos prédios que a uniam a tempos mais remotos. Porto Alegre, durante o período da ditadura militar, foi palco de diversas obras, principalmente viárias, que trouxeram grande impacto para a sua paisagem urbana (Pesavento, s/d, p.113). Os anos 70 e 80 são marcados pela construção de viadutos, elevadas, túneis e perimetrais. O velho casarão começa, então, a despontar como um remanescente do passado da cidade, uma das últimas construções do século XIX, exemplar da arquitetura rural existente na região que ainda estava de pé.

Nesse contexto, pode-se observar, através da imprensa e de entrevistas realizadas, a presença de enunciados discursivos de um *campo* (Bourdieu, 1996, p.261) relativamente autonômo que irá preocupar-se com a construção e a difusão da *representação* (Bourdieu, 1989, p.112) de *patrimônio*, estabelecendo discussões referentes, principalmente, às edificações que deveriam ser incluídas nesse estatuto, por serem portadoras de atributos e características determinadas. Um bem material, ao ser inserido nessa categoria, exigia práticas que assegurassem a sua preservação, tornando-se inviolável. O *campo do patrimônio* define-se, assim, como "um sistema de relações objetivas entre os agentes sociais encarregados das tarefas práticas e simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais" (Lewgoy, 1992, p.71). Esses agentes, no período estudado, não são apenas arquitetos funcionários de órgão estatais, como prefeitura, governo do Estado e União, mas também jornalistas, intelectuais e artistas.

A noção de *patrimônio* que até então fazia parte das estratégias de consolidação do Estado-nação brasileiro, através da elaboração do que seria a cultura e a identidade nacionais, na década de 1970, começa a apontar para o regional (p.58). Nesse sentido, o movimento de preservação do Solar de Lopo Gonçalves será considerado como um dos pioneiros a instituir em algumas instâncias, principalmente imprensa e órgãos estatais, a discussão desta idéia em âmbito municipal. Porto Alegre, assim, respondendo aos apelos desse campo, através da prefeitura, naquela época, colocou-se como um dos primeiros municípios brasileiros a legislar sobre o *patrimônio* da cidade. Num primeiro momento, cria o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural e, num segundo momento, relaciona 47 imóveis "considerados de valor histórico e cultural e de expressiva tradição para a cidade de Porto Alegre"

(Porto Alegre, 1977). A casa de Lopo Gonçalves foi um dos imóveis arrolados nessa legislação.[3]

Na construção do Solar como patrimônio, outras características, ainda, foram levantadas. O fato de ser uma das casas mais antigas de Porto Alegre é uma das características apontadas que definem o Solar como *patrimônio*. Sendo "antiga", naturalmente ela desponta ante as demais estruturas arquitetônicas construídas posteriormente. É importante observar que o que era antigo passa a ser *patrimônio*. Os jornais apontavam, ainda, a importância do Solar como um exemplar do "autenticamente lusitano" em oposição a diversas construções arquitetônicas que vieram posteriormente a esse período e que deram um outro perfil para a cidade. Assim, "auratiza-se" a casa, como afirma Gonçalves (1988, p.265), associando-a à sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. Esse é um dos elementos que auxilia a pensar o Solar como um *lugar de memória* da cidade de Porto Alegre, que, como diz Pierre Nora (1993, p.7), é aquele lugar destinado a reter o maior número de significações possíveis, capaz de estabelecer um elo entre o passado, considerado cada vez mais remoto, neste caso, porque destruído pelo crescimento da cidade, e o presente, convulsionado pelas transformações do meio urbano, por isso ameaçado pelo esquecimento. Sérgio da Costa Franco, ao apelar ao prefeito da época para que o Solar fosse restaurado, evitando o seu desaparecimento, dizia, em sua coluna no jornal *Correio do Povo* (1975, p.4), que Porto Alegre "sofre de memória descontínua, às vezes de amnésia". No velho Solar, assim, para o jornalista, a sociedade porto-alegrense aglutinaria a possibilidade de ligação, mesmo que tênue, entre o passado lusitano da cidade e o seu presente, no qual essas marcas já não existiam mais.

Um outro dado, ainda, veio juntar-se às características arquitetônicas do Solar para a sua consolidação como patrimônio e sua conseqüente preservação: o fato de ter pertencido ao comerciante Lopo Gonçalves. A vinculação da residência, que, em tempos mais remotos, Manoelito de Ornellas denominara de "Casa das Magnólias", ao seu antigo proprietário, Lopo Gonçalves, foi uma tônica na época. Mas, além da ligação com aquele que construíra, habitara e transferira o Solar a seus descendentes, a relação da casa é feita com a entidade da qual ele foi membro fundador, a Associação Comercial de Porto Alegre. Nos jornais, é recorrente a informação de que, naquele casarão, Lopo Gonçalves, juntamente com outros comerciantes da cidade, teria fundado, em 1858, a Praça do Comércio de Porto Alegre, que, no princípio do século XX, passou a chamar-se Associação Comercial de Porto Alegre.[4] A historiografia corro-

preocuparam em relacionar os dados biográficos de Lopo Gonçalves e a informação de que ali, na sua casa, teria sido fundada a Associação Comercial de Porto Alegre. Dessa forma, a memória do Solar, no contexto em que a sociedade está lutando para preservá-lo, é construída como estando relacionada à memória de um importante personagem e de um determinado grupo econômico, ambos legitimados como pertencentes a uma memória da cidade, o que justificava a defesa daquela casa como importante para ser conservada pela sociedade como um todo.

Importa pouco, naquele contexto, se as informações históricas mostram a improbabilidade de ter sido no Solar que Lopo Gonçalves fundou a Associação Comercial de Porto Alegre. Instituído como *lugar de memória*, o Solar deixa de ter referentes na realidade, passando a referenciar-se nele próprio como um signo em estado puro (Nora, 1993, p.28).[6]

Asseguradas a preservação e a restauração do Solar, a municipalidade decide sediar ali o Museu de Porto Alegre, instituição criada em 1979 e que estava abrigada em prédio de espaço precário. Essa decisão teve conseqüências tanto para o Museu de Porto Alegre como para o Solar Lopo Gonçalves. Se, num primeiro momento, interessava apenas preservar o Solar, não importando se este viesse ou não a abrigar um museu, percebe-se que, num segundo momento, a instalação de um museu em seus espaços aumentou a possibilidade evocativa de memórias que teria o prédio. Dessa forma, a partir do momento em que o Museu de Porto Alegre transfere-se para o Solar, a característica de *lugar de memória* passa a ser uma marca indelével da instituição, o que terá implicações nas representações que a mesma passará a construir e consagrar nos seus espaços.

MUSEU MEMÓRIA

A representação que foi encontrada neste estudo de *museu memória* pode ser entendida a partir das considerações anteriores sobre a memória. Neste âmbito, estariam, assim – seguindo o pensamento de Pierre Nora (1993) –, não apenas as lembranças do indivíduo, permeadas por suas emoções, sentimentos, relacionamentos com outros indivíduos e grupos aos quais pertença, mas também as operações de gestão da memória coletiva, susceptíveis a manipulações por parte dos atores sociais. A memória, desta forma, constitui-se em um constructo social, tanto em nível das operações individuais da lembrança e do esquecimento como das elaborações ou reelaborações do passado no domínio coletivo.

Assim, chama-se *museu memória* àquela representação elaborada pelos atores sociais ao desejarem atribuir ao museu ou aos seus artefatos elementos que fizessem referência a construções individuais ou coletivas da memória. São, principalmente, representações relacionadas ao âmbito afetivo, às lembranças, aos elos com outras pessoas, que permitem atribuir aos objetos uma capacidade rememorativa e celebrativa. Dessa forma, o objeto adquire um significado simbólico para esses atores, porque ele possibilita lembrar uma época ou alguém, evocar o nome de uma pessoa pública, valores e virtudes, comemorar acontecimentos, tornar presente um grupo ou instituição, imortalizar uma pessoa, venerar alguma coisa ou alguém.

O Solar Lopo Gonçalves, inserido como *peça de museu* (Gourarier, 1984, p.68), suscita elaborações nesse aspecto, pois passa a ser, como os demais objetos do acervo do Museu, um artefato material trabalhado simbolicamente no interior do campo aqui analisado. Nessa perspectiva, ao tratar da casa, dois caminhos são encontrados. De um lado, a transformação da casa preservada em museu, na visão dos atores do *campo*, adquire sua significação como objeto que representa a própria idéia de *patrimônio*. De outro lado, a utilização das informações históricas sobre o Solar produz e veicula a memória de um personagem histórico e de um determinado grupo social a ele relacionado nos espaços do museu.

A consolidação do Solar como *patrimônio*, que foi já analisada anteriormente, adquire sua plena significação na idéia de transformá-lo em um museu. Porém, a concepção que se tinha era de uma "musealização" completa da casa, conforme as características da época em que esta foi construída. O Solar transformar-se-ia, assim, em um museu ambientado de acordo com as características de uma residência do século XIX.

Embora esse projeto inicial não tenha sido concretizado, ele expressa as significações que eram atribuídas à casa. Fundamentalmente, coloca o Solar em uma posição de destaque que passaria a aludir à própria idéia que o concebeu, a de ser um *patrimônio* da cidade, e leva ao limite a sua possibilidade de ser um objeto sagrado, quando o coloca no âmbito do processo de "musealização". São assim, pode-se dizer, dois processos que o transformam em inviolável: a noção de *patrimônio* e a sua inserção como *peça de museu*. Pode-se observar que a significação da casa como *patrimônio* adquiriu muita força naquele contexto, sendo, inclusive, percebida nos depoimentos uma confusão entre a casa como *patrimônio* e o Museu de Porto Alegre como instituição que ali ocupava os seus espaços.

Além das características relacionadas à sua arquitetura, o Solar também recebe outros elementos que, na visão dos atores sociais do campo, o tornam *patrimônio*. Mas que, ao serem trabalhados, reforçam a perspecti-

va do casarão como *peça de museu.* O Solar passa, assim, a representar também a figura do ex-proprietário, Lopo Gonçalves, e a entidade associativa que havia sido fundada por ele. Quanto à figura de Lopo Gonçalves, pode ser vislumbrado, principalmente pelos jornais, que são sempre enfatizadas as suas qualidades como comerciante, vereador, provedor da Santa Casa de Misericórdia. Pouco espaço é dado para uma visão mais crítica em relação à sua figura e à sua época. Omite-se, por exemplo, o fato de Lopo Gonçalves ter sido proprietário de escravos e ter utilizado esta mão-de-obra para construir o Solar (*Jornal do Comércio*, 1981).

Não se pode deixar, porém, de mencionar que a construção dessa ligação da casa com o seu proprietário e com a Associação Comercial de Porto Alegre é fruto das relações entre os agentes do *campo* e os representantes dessa entidade. No momento em que o Solar ainda estava em obras, foi possível à prefeitura adquirir materiais para a restauração da casa, mais especificamente as tintas para a sua pintura. Após a transferência do Museu para o Solar, essa relação continua presente entre o corpo funcional da instituição e os membros daquela entidade. Essa relação dar-se-á, então, em torno da *Sala da Associação Comercial.* Essa sala reunia em exposição uma parte do acervo daquela entidade, objetos e documentos, tais como: retrato de Lopo Gonçalves, ata de fundação da entidade, máquinas de somar, balanças, retratos de antigos comerciantes, livros e objetos de empresas. Para os membros daquela entidade, aquele espaço passou a ter um caráter eminentemente comemorativo e celebrativo da memória da entidade e de seus fundadores. Algumas das comemorações de aniversário da instituição e homenagens aos seus edificadores tiveram como sede o Museu, mais especificamente a *Sala da Associação Comercial*, como os 125 anos (*Zero Hora*, 1983, p.21) e 130 anos da entidade.

Pode-se observar, assim, que o Museu aceitou os imperativos ligados à gestão da memória daquela instituição realizada por seus membros. O Museu de Porto Alegre assumiu a possibilidade comemorativa e celebrativa da memória de um determinado setor da sociedade porto-alegrense, mantendo por vários anos uma sala especial, onde o acervo reunido reverenciava a memória da Associação Comercial, de seus fundadores e de estabelecimentos comerciais da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode pensar no museu ou no patrimônio como lugares neutros, mas como espaços de relações objetivas que se estabelecem entre

determinados agentes da sociedade. Esta pesquisa pode mostrar que, como afirma Canclini (1995, p.182), tanto o *patrimônio* como o museu podem ser caracterizados como "um espaço de luta material e simbólica" em torno da construção e veiculação de memórias, sejam estas individuais ou coletivas.

Desta forma, pode-se ver que o museu e o patrimônio ocupam um lugar especial na gestão da memória dos indivíduos, de grupos e instituições sociais. Lugar para lembrar, para comemorar e celebrar e lugar onde se operam as escolhas do que deve ser lembrado ou esquecido, perpetuado para o futuro ou relegado à morte e ao desaparecimento. A representação de *museu memória* pressupõe, ainda, uma determinada forma de lembrar que, fundamentalmente, está ligada às propriedades do sagrado que um objeto adquire no contexto do museu. A *peça de museu*, e o que por ela é evocado, é intocável, inquestionável, incriticável. O museu, assim, não apenas constrói significações em torno do objeto, mas reforça os sentidos já previamente existentes antes do objeto ser introduzido na instituição, como se deu com o Solar Lopo Gonçalves.

Generalizando, a partir do momento em que tanto os patrimônios como os museus são criados nas cidades com o objetivo de fazer uma mediação com o seu passado, cabe a indagação sobre a pertinência desses espaços como *lugares de memória*, celebrativos e evocadores, muitas vezes, de memórias homogeneizadoras, que são reproduzidas na sociedade sem qualquer análise crítica. Se este debate pode estar apenas iniciando entre nossos colegas de ofício, talvez a historiografia possa dar a sua contribuição inicial, tomando os *lugares de memória* como objetos de investigação.

NOTAS

1. Parte deste texto compõe a dissertação de mestrado da autora: *Guardar e celebrar o passado: o Museu de Porto Alegre e as memórias na cidade*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado) – PPG em História/UFRGS.
2. A esse respeito, ver Izquierdo, Ivan. É a memória que nos dá identidade. *Porto & Vírgula*. Porto Alegre, Unidade Editorial, n.22, p.2-9, ago. 1995.
3. O Solar Lopo Gonçalves foi primeiramente registrado como patrimônio em Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural. *Livro do Tombo Histórico*. Porto Alegre, 1989. fl. 3, n. 4, 21 dez.1974.
4. Essa informação é dada em diversas matérias jornalísticas da época, como, por exemplo, em Cidade ganha Museu de Som e Imagem. *Zero Hora*, Porto

Alegre, [s.p.], 8 jul. 1974. Também contém essa informação o documento *Coletânea de legislação sobre o patrimônio histórico: Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1978, p.37.

5. Praça do Comércio. Porto Alegre. *Ata de fundação da Praça do Comércio de Porto Alegre realizada no dia 9 maio 1958.*
6. Como coloca o autor, os *lugares* não têm referência com a história, esta como disciplina preocupada com a verificação através das fontes, mas com a memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: *Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Editoral Sudamericana, 1995.

D'ALESSIO, Marcia. *Estudos de memória e transformações na historiografia*. Trabalho apresentado no Seminário Nacional de História/ANPUH. Recife, 1995.

DECCA, Edgar S. de. Memória e cidadania. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. Museu da Cidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4, 1 jul. 1975.

_____. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988.

GOURARIER, Zeev. Le musée entre le monde des morts et celui des vivants. *Ethnologie Française*, t.14, n.1, janv./mars. 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. Paredes que armazenam parte de nossa história. Porto Alegre, [s.p], 10 abr. 1981.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antonio Prado/RS*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado) – PPG em Antropologia Social/UFRGS.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.16-28, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10, 1993.

PESAVENTO, Sandra. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. s/d.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTO ALEGRE. Lei n.4317 - 16 set. 1977. Dá cumprimento ao disposto no artº nº 117, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal (bens imóveis de valor histórico e cultural).

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

SYMANSKI, Luis Cláudio P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

ZERO HORA. Variadas. Porto Alegre, p.21, 22 jun. 1983.